

## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data:** 10.02.2020  
**Local:** Sala 307-A do Prédio-Sede do TRT4.  
**Presenças:** Juiz-Auxiliar da Presidência Adriano Santos Wilhelms;  
Juiz-Auxiliar da Corregedoria Leandro Krebs Gonçalves;  
Servidora Anita Cristina de Jesus;  
Servidora Denise Umann Ladeira.  
**Secretário:** Francisco José Fetter Furtado (AGE)  
**Horário:** 16h – 16h 45min

**Pauta:**

1. Organização do funcionamento da Comissão - agendamento de reuniões ordinárias;
2. Relatório de Logística Sustentável referente ao 1º semestre de 2019 e Relatório Final de 2019;
3. 3º Balanço Socioambiental CNJ (Cap. 6 - impressões);
4. Propostas de realização de estudo-piloto:
  - a) para a diminuição do parque de impressoras do TRT;
  - b) análise da vantajosidade da manutenção dos equipamentos próprios de impressão ou terceirização por meio de outsourcing.
5. Assuntos Gerais

---

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 16 horas, na sala 307-A do Prédio-Sede do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião da Comissão de Gestão Socioambiental, contando com as presenças acima nominadas. A servidora Carolina da Silva Ferreira, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, integrante da Comissão, enviou e-mail justificando a sua ausência. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Juiz Adriano Santos Wilhelms, conforme registro que segue:

**Organização do funcionamento da Comissão. agendamento de reuniões ordinárias.** As reuniões serão realizadas de dois em dois meses, nas primeiras quartas-feiras do mês, das 17 horas às 18 horas. **Relatório de Logística Sustentável referente ao 1º semestre de 2019 e Relatório Final de 2019.** Anita esclareceu que, para a reunião de hoje, há dois relatórios para serem aprovados. Por força da Resolução CNJ nº 201/2015, há no Tribunal o Plano de Logística Sustentável, uma exigência do CNJ que estipulou cerca de 150 indicadores para serem acompanhados, divididos em 16 grupos, tais como veículos, água e esgoto, energia elétrica, etc.

A partir desses indicadores, foram estabelecidas metas. O plano atual não tem meta para todos os indicadores, o que deve mudar para o PLS relativo ao período 2021-2025. Ela disse, ainda, que a cada final de semestre é elaborado um relatório semestral, com os resultados de todos os indicadores e, ao final do ano, é elaborado um relatório final. O Relatório referente ao 1º semestre de 2019 está para validação na reunião de hoje, assim como o Relatório Final de 2019, que também está pronto. Ela informou que, de todas as metas estabelecidas, só não foi atingida uma, que foi o consumo de água, que sofreu acréscimo. Estão sendo averiguadas as causas do aumento. Nos relatórios, são relacionadas todas as atividades que foram realizadas para o cumprimento das metas. Dr. Adriano comentou que é importante que seja mantido o que está proporcionando bons resultados e investigar a questão da meta de consumo de água não estar sendo cumprida. Ele falou que a Presidente é altamente engajada em política socioambiental e sustentabilidade. Portanto, esta Comissão é de grande importância para a administração atual. Ele sugeriu que seja realizado projeto prevendo a instalação de energia fotovoltaica e aproveitamento de água da chuva nos novos Foros. Dr. Adriano falou que é interessante que seja provocada a área responsável para essa sustentabilidade a longo prazo. O que é gasto a mais na época da construção é economizado muito mais ao longo dos anos. Anita informou que já há aproveitamento de água da chuva nos novos Foros. Quanto à energia fotovoltaica, os novos Foros ainda não estão utilizando. Dr. Adriano mencionou que poderia ser uma demanda da Comissão que fosse considerada a possibilidade de instalação de energia fotovoltaica. Ela disse que, atualmente, 12 unidades do Tribunal já utilizam energia fotovoltaica, resultando em boa redução de energia. Dr. Adriano acha interessante a ideia de projeto de utilização de energia fotovoltaica em toda a 4ª Região. Anita esclareceu que há um movimento nesse sentido em âmbito nacional. O estudo a que me referi é o que foi realizado quando da instalação da fotovoltaica naquelas doze unidades. **Deliberação:** Em relação ao Relatório de Logística Sustentável do 1º semestre de 2019, e do Relatório Final de Logística Sustentável do ano de 2019, a Comissão validou e aprovou ambos os relatórios. **3º Balanço Socioambiental CNJ (Cap. 6 - impressões).** Anita falou que, ao final do ano, o CNJ publica o Balanço Socioambiental de todo o Poder Judiciário, comparando os Tribunais de cada ramo do Judiciário. Com relação ao item Impressão do referido relatório, verificou-se que, em média, no ano passado, cada pessoa imprimiu cerca de 2.800 páginas no TRT4, um dos maiores consumos comparados aos demais Regionais, o que demonstra uma possibilidade de economia e melhoria do indicador. Ela informou, também, que a cada ano tem sido incluídos novos indicadores no Prêmio CNJ de Qualidade, sendo pontuados apenas os Tribunais com melhor desempenho. **Propostas de realização de estudo-piloto: a) para a diminuição do parque de impressoras do TRT;** Anita sugeriu que seja feito projeto piloto

de diminuição do parque de impressoras no Prédio Administrativo e em algumas unidades judiciárias a serem escolhidas, em conjunto com a Setic. Ela disse que ali há em torno de 3 impressoras em cada ala. A ideia seria deixar apenas uma impressora em cada ala e testar o que aconteceria em termos de trabalho, se representaria uma redução em quantidade de impressões. O projeto piloto avaliaria estes procedimentos, tanto em economia como se o trabalho dos servidores seria prejudicado. **b) análise da vantajosidade da manutenção dos equipamentos próprios de impressão ou terceirização por meio de outsourcing.** Anita falou que, em paralelo à proposta do projeto piloto de diminuição do parque de impressoras, que seja realizado um estudo para apurar o custo para se terceirizar o serviço de impressão. Ela disse que, atualmente, as impressoras são do Tribunal. É realizada a licitação para aquisição das impressoras, que são tombadas e transportadas para as unidades. Os insumos das impressoras são adquiridos da mesma forma. A administração dos insumos fica a cargo do almoxarifado. Há custo com o transporte para conduzir os insumos para as unidades do interior. Para as impressoras que estão fora da garantia se contrata empresa para manutenção. Tudo isso gera um custo para o Tribunal. A proposta que está sendo feita é no sentido de que a DG, em colaboração com a Setic (que apoiou a proposta) é de fazer um estudo conjunto para apurar quanto custa contratar um serviço terceirizado de impressão. O serviço terceirizado funciona da seguinte maneira: é contratada uma empresa, que coloca suas impressoras no Tribunal, e é pago um valor fixo mais um valor por folha. A empresa arca com os custos dos insumos. Não há custo de manutenção de impressoras, nem de compra de insumos, nem custos de transporte. Denise comentou de unidades que ficavam pedindo toner para o almoxarifado e acabavam ficando com estoque muito grande, com o prazo de validade vencido. A ideia seria fazer os dois estudos em paralelo para verificar que, se o primeiro estudo constatar que não precisamos de um número tão grande de impressoras, pode-se contratar um número bem menor do que as 1.100 impressoras que o TRT4 possui hoje. Dr. Adriano comentou que tem dúvidas quanto ao sucesso em Varas do interior, especialmente nas que ficam mais distantes da Capital. Anita comentou que, no Ministério Público Estadual, as impressoras são todas terceirizadas, sendo utilizadas em cidades de porte bem menor do que as cidades em que o TRT4 possui unidades. Lá, tem funcionado assim nos últimos anos. **Deliberação:** A COGESO aprova as propostas de realização dos estudos piloto, tanto para a diminuição do parque de impressoras do TRT, quanto para análise da vantajosidade da manutenção dos equipamentos próprios de impressão ou terceirização por meio de outsourcing. **Assuntos Gerais.** Anita informou que está sendo implantado o plano de gerenciamento de resíduos sólidos no Tribunal. A meta de implantação em 50% das unidades em 2019 foi atingida e, em 2020, a meta é de implantação em 100% das unidades. A intenção é que todo o material

reciclado que o Tribunal produz seja destinado à cooperativas e associações de reciclagem. Reunião encerrada às 16 horas e 45 minutos. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada para validação eletrônica.